

**A. I. Nº** - 279804.0244/05-5  
**AUTUADA** - ALCIDES E LEITE LTDA.  
**AUTUANTE** - AUGUSTO JORGE LIMA MOREIRA  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/METRO  
**INTERNET** - 20/03/2006

## 5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0076-05/06

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÕES DE VENDAS SEM EMISSÃO DO DOCUMENTO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA. A legislação prevê a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória aos estabelecimentos que forem identificados realizando operações sem emissão da documentação fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 15.12.05, para aplicar a multa no valor de R\$690, 00, decorrente da falta de emissão de documentos fiscais nas operações de saídas de mercadorias para consumidor final apurada através de Auditoria de Caixa. Consignou o autuante na descrição dos fatos, que essa ação fiscal foi decorrente de denúncia feita a SEFAZ, recebendo a mesma o número 10310/05. Naquela, o contribuinte era acuado de adquirir e vender mercadorias sem o correspondente documento fiscal.

Através de procedimento de Auditoria de Caixa (Termo à fl. 6), a fiscalização apurou o valor de R\$493,50 (quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos) como diferença entre o valor constante do Caixa (dinheiro e vendas em cartão de crédito) e de documentos fiscais. Na ocasião, o preposto fiscal emitiu a nota fiscal nº 1911 (fl. 5), afirmando assim a verificação realizada.

O contribuinte em sua defesa (fls 16) alega que o valor de R\$ 300,00 refere-se a uma venda de uma prancha de surf, feita em consignação, e o “valor de um funcionário”. Apresenta recibos como prova do alegado (fls 17/18). Ressalta que a fiscalização foi acompanhada por Policial Militar armado. O sujeito passivo tributário se confessa surpreendido com a denúncia referida, afirmando que vem cumprindo suas obrigações fiscais.

O autuante em sua informação fiscal, prestada às fls. 28 a 30, diz que os recibos apresentados referem-se a pagamentos feito pela empresa e não a recebimentos. Que a infração aqui em exame é a de saldo credor de caixa e a esta o contribuinte não apresenta contraprovas. Ressalta que a intenção do sujeito passivo tributário ao apresentar o citado recibo é a de desviar a atenção da acusação a ele dirigida. Pondera que a fiscalização de trânsito de mercadorias é feita rotineiramente com a presença de um Policial Militar, não tendo assim qualquer intenção em intimidar o autuado.

Por fim, diante dos argumentos apresentados requer a procedência da autuação.

### VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir multa de R\$690, 00, por falta de emissão de nota fiscal de venda a consumidor, constatada através do roteiro de auditoria sumária do caixa, conforme se vê à fl. 06 dos autos.

A defesa aduz que a diferença apontada pelo fisco deve-se a uma venda feita em consignação e “vale” pago a um empregado da empresa. Mesmo se prevalecesse esta alegação, a diferença constatada pelo fisco ainda permaneceria, embora reduzida ao montante de R\$193,50. Assim, persistiria a infração apontada neste lançamento de ofício. Ocorre, porém que o sujeito passivo tributário não prova nos autos que o recibo referente a R\$250,00 trata de uma venda feita em consignação. Mesmo esta, deve ser acompanhada da referente documentação fiscal. Torna-se também incompreensível a defesa quando afirma que o valor de R\$50,00 refere-se a um denominado “valor de um funcionário”. Entendo que tais documentos não constituem meio suficiente de prova.

Observo que neste procedimento de auditoria, o numerário existente na gaveta do Equipamento Emissor é contado, a vista de representante do contribuinte, adicionado ao valor do saldo inicial de caixa e dos comprovantes de pagamento (cartão de crédito, débito e tickets variados). Depois, é feita a dedução dos cupons e notas emitidas naquele dia. O valor aceitável após esta operação aritmética é o de R\$2,00 (valor pelo qual o RICMS permite a emissão posterior do documento fiscal). Qualquer outro montante é considerado pelo fisco como falta de emissão de documentos fiscais nas operações de saídas de mercadorias para consumidor final.

Entendo que a infração à norma estabelecida no art. 201, está configurada, pois através de levantamento fiscal realizado pelo auditor, utilizando o procedimento de auditoria do caixa, ficou comprovada a existência de valores em caixa sem a documentação comprobatória de sua origem e sem os correspondentes documentos fiscais emitidos para as operações.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279804.0244/05-5**, lavrado contra **ALCIDES E LEITE LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690, 00**, prevista no art. 42, XIV-A “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, de acordo com o previsto pela Lei nº 9837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de março de 2006.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR